

1ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL

O Presidente da Comissão do VIII Concurso Público para Provimento de Cargos da Classe Inicial da Carreira de Procurador do Estado do Acre, no uso de suas atribuições, torna pública as seguintes retificações ao Edital, cujas alterações estão a seguir elencadas:

1. No item 5, Da Isenção da Taxa de Inscrição, **FICA INCLUÍDO:**
 - 5.1 Somente haverá isenção da taxa de inscrição para os candidatos que declararem e comprovarem que se enquadram nas hipóteses previstas na **Lei Complementar Estadual nº 345, de 15 de março de 2018** e **Lei nº 2.974, de 22 de julho de 2015**, mediante solicitação e comprovação conforme descrito nesse Edital.
 - 5.7 De doadores de leite materno: Ficam isentas do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos e processos seletivos promovidos no âmbito da administração pública direta e indireta do Estado às candidatas que tenham doado leite materno em, no mínimo, três ocasiões nos doze meses anteriores à publicação do edital do certame.
 - 5.7.1 A isenção será concedida mediante apresentação de documentação expedida por banco de leite humano em regular funcionamento.
 - 5.7.2 A candidata que apresentar informação falsa com o intuito de obter a isenção prevista neste artigo estará sujeita às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis, incluindo o cancelamento da inscrição e a exclusão do certame.

2. No Conteúdo Programático, **FICA ATUALIZADO:**

DIREITO ADMINISTRATIVO

Ponto 1. Direito Administrativo. Autonomia. Conceito e definição como sub-ramo do Direito Público. Princípios informativos do Direito Administrativo. Fontes. Interpretação. Relação com outros ramos do Direito e objeto. Interesse Público. Interesses primário e secundário do Estado.

Ponto 2. Administração Pública. Atividades e Estrutura Administrativas. Administração Direta e Administração Indireta. Órgãos e Entidades da Administração Pública, Autarquia, Fundação Pública, Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista. Lei Federal n. 13.303/2016. Organização da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Acre (Lei Complementar Estadual nº 419, de 15 de dezembro de 2022). Agências Executivas. Agências Reguladoras. Entes de Colaboração. Serviços Sociais Autônomos. Do Terceiro Setor. Organizações Sociais. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. Parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil (Lei Federal n. 13.019/2014).

Ponto 3. Acesso à Informação (Lei Federal n. 12.527/2011). Tratamento de dados pelo Poder Público e Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018). Processo Administrativo e Procedimento: Conceito, Princípios, Fases, Espécies. Responsabilidade Civil do Estado. Evolução doutrinária. Aspectos gerais. Ação de Reparação de Dano. Excludentes. Prescrição.

Ponto 4. Atos Administrativos: Conceito. Requisitos. Atributos. Classificação. Espécies. Motivação. Vigência. Eficácia. Invalidação. Convalidação. Anulação e Revogação. Da Prescrição e da Coisa Julgada Administrativa; Dos Atos Normativos. Técnica Legislativa para Elaboração de Atos Normativos: Lei Complementar nº 95/98 e alterações. Decreto Federal nº 12.002/2024. Pareceres jurídicos; Poderes e Deveres Administrativos: Poderes e Deveres do Administrador Público. Poder Vinculado, Discricionário, Disciplinar, Regulamentar e de Polícia. Uso e Abuso do Poder.

Ponto 5. Licitação. Aplicação das Leis Federais n. 8.666/93 e 14.133/2021 no tempo. Decreto Estadual n. 11.363/2023. Conceito. Princípios básicos. Governança das contratações públicas. Metaprocesso de contratação pública. Princípio do planejamento. Plano de Contratações Anual. Documento de formalização de demanda. Estudo técnico preliminar. Análise de riscos. Matriz de alocação de riscos. Termo de referência. Anteprojeto. Projeto Básico e executivo. Orçamento estimado e pesquisa de preços. Contratação de soluções inovadoras pelo Estado (Lei Complementar Federal nº 182/2021).

Ponto 6. Objeto da Licitação, Parcelamento e Fracionamento. Princípio da Padronização. Modalidades e Tipos de Licitação. Critérios de julgamento. Procedimento da Licitação. Anulação e Revogação da Licitação. Sanções. Recursos.

Ponto 7. Contratação Direta por Dispensa e Inexigibilidade de Licitação. Hipóteses de Cabimento e Procedimento nas Contratações Diretas. Condições de Habilitação nas Contratações Diretas. Procedimentos auxiliares. Credenciamento. Pré-qualificação. Procedimento de Manifestação de Interesse. Sistema de Registro de Preços. Registro Cadastral. Diálogo Competitivo.

Ponto 8. Contratos: Noções Gerais. Elementos e Peculiaridades. Contratos Administrativos e Contratos da Administração. Formalização e Cláusulas Necessárias dos Contratos. Duração dos Contratos. Execução dos Contratos. Acompanhamento e Fiscalização Contratual. Terceirização. Decreto estadual nº 4.735, de 17 de maio de 2016. Termo Aditivo. Alterações do Contrato - Acréscimos e Supressões. Equilíbrio Econômico-Financeiro. Revisão, reajuste e repactuação. Subcontratação e Cessão. Inexecução e Extinção Contratual. Nulidade do Contrato. Sanções.

Ponto 9. Serviços Públicos. Serviços Públicos Delegados: Concessões, Autorizações e Permissões (Lei nº 8.987/95). Parcerias Público-Privadas. Lei Federal n. 11.079/2004. Lei Estadual n. 4.389/2024. Prestação de Serviços Públicos pelo Regime de Convênios. Diferença entre Contrato e Convênio. Convênios e Termos de Cooperação: Decreto Estadual nº 11.406/2024. Consórcios Públicos. Racionalização dos serviços públicos e Lei Federal nº 13.726/2018.

Ponto 10. Bens Públicos. Conceito. Formas de uso especial dos Bens Públicos. Autorização, permissão, concessão de uso e concessão de direito real de uso, imprescritibilidade e Impenhorabilidade; Intervenção na Propriedade (Desapropriação, Requisição, Servidão Administrativa, Tombamento, Ocupação Temporária e Limitação Administrativa). Requisitos e Fases da Desapropriação. Desapropriação Indireta. Função Social da Propriedade. Lei de Registros Públicos. Lei Estadual n. 3.885/2021. Regularização fundiária urbana e rural. Lei Federal n. 13.465/2017. Lei Federal n. 11.952/2009.

Ponto 11. Controle da Administração Pública: Administrativo, Legislativo, Controle Externo a cargo do Tribunal de Contas. Controle Judiciário: Sistema de Contencioso Administrativo e de Jurisdição Una. Crimes contra a Administração Pública e responsabilização. Improbidade Administrativa. Lei Federal n. 14.230/2021. Lei Federal n. 12.846/2013. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e sua aplicação no âmbito da Administração Pública.

DIREITO AMBIENTAL

Ponto 1. Direito Ambiental: conceito, objeto, fontes, princípios. Meio Ambiente: conceito e classificação.

Ponto 2. Meio Ambiente na Constituição Federal de 1988: repartição de competências em matéria ambiental; meio ambiente na ordem econômica; direito fundamental ao meio ambiente; demais normas constitucionais relativas ao meio ambiente.

Ponto 3. Lei da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981): da Política Nacional do Meio Ambiente; dos Objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente; do Sistema Nacional do Meio Ambiente; do Conselho Nacional do Meio Ambiente; dos Instrumentos da Política Nacional do meio ambiente. Incentivos governamentais e instrumentos econômicos. Lei Complementar nº 140/2011. Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (Lei nº 11.516/2007); Código Florestal (Lei nº 12.651/2012).

Ponto 4. Espaços territoriais especialmente protegidos. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei nº 9.985/2000). Gestão de Florestas Públicas (Lei nº 11.284/2006). Código Florestal (Lei nº 12.651/2012); Terras indígenas e Organismos Geneticamente Modificados

(OGM); ICMS ecológico.

Ponto 5. Responsabilidade civil, administrativa e criminal em matéria ambiental. Poder de polícia ambiental. Licenças e autorizações ambientais. Lei Federal nº 15.190/2025. Direito adquirido e proteção ambiental; Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/1998).

Ponto 6. Legislação ambiental do Estado do Acre: Lei nº 1.022/1992; Lei nº 1.117/1994; Lei nº 1.235/1997; Lei nº 1.426/2001; Lei nº 1.500/2003; Lei nº 3.532/2019; Lei nº 1.904/2007; Lei nº 2.024/2008; Lei nº 2.025/2008; Lei nº 2.302/2010; Lei nº 2.308/2010.

Ponto 7. Tutela processual do meio ambiente. Ação Civil Pública. Ação Popular. Mandado de Segurança Coletivo.

Ponto 8. Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997). Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999). Política Nacional da Biodiversidade (Decreto Federal nº 4.339/2002). Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (Lei nº 11.959/2009). Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009). Código de Caça (Lei nº 5.197/1967). Agrotóxicos (Lei nº 14.785/2023); Recursos minerais na Constituição Federal de 1988.

Ponto 9. Direito Internacional do Meio Ambiente. Princípios. Declaração de Estocolmo de 1972. Declaração do Rio de 1992. Agenda 21. Combate ao aquecimento global. Convenção-Quadro sobre Mudança Climática. Protocolo de Kyoto. "Kyoto II". Acordo de Paris. Incentivo a Serviços Ecossistêmicos. Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação-REDD. Crédito de carbono. Direitos humanos e o meio ambiente. Responsabilidade internacional por danos ao meio ambiente. Agenda 2030 da ONU.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ponto 1. Direito Constitucional: conceito, formação, objeto, conteúdo. Constitucionalismo e neoconstitucionalismo. Positivismo e pós-positivismo. Estado de direito. Estado democrático. República. Teoria do poder constituinte. Supremacia e rigidez constitucional. Reforma e revisão constitucional. Mutação constitucional. Poder constituinte derivado.

Ponto 2. Constituição: conceito, elementos, classificação. Constituição formal e Constituição material. Teoria da norma constitucional. Princípios e regras. Hermenêutica Constitucional: Interpretação e integração das normas constitucionais. Métodos, elementos, princípios e limites. Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. Normas programáticas. Princípios e regras jurídicas. Ponderação. Modelos e críticas.

Ponto 3. Controle de Constitucionalidade. Noções Gerais e Fundamentos: Conceito de controle de constitucionalidade. Fundamentos teóricos e objetivos do controle de constitucionalidade no Brasil. Sistemas de Controle de Constitucionalidade: Modelos de controle (difuso e concentrado). Origem e evolução histórica. Diferenças e semelhanças entre os sistemas. Controle Difuso: Características, processo e efeitos. Análise dos casos emblemáticos julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Teoria da transcendência dos motivos determinantes. Controle Concentrado: Ações diretas de inconstitucionalidade (ADI), ações declaratórias de constitucionalidade (ADC), arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) e ações diretas de inconstitucionalidade por omissão (ADO). Competência do STF. Efeitos da decisão e modulação dos efeitos. Controle Preventivo e Repressivo: Distinção entre controle preventivo (realizado pelo Legislativo e Executivo) e repressivo (realizado pelo Judiciário). Controle de Constitucionalidade e a Mutação Constitucional: Conceito e limites da mutação constitucional. Exemplos de aplicação pelo STF. Controle de Constitucionalidade das Leis Estaduais e Municipais: Competência dos Tribunais de Justiça dos Estados para o controle de constitucionalidade das leis estaduais e municipais em face das Constituições Estaduais. Efeitos das Decisões de Inconstitucionalidade: Efeitos ex tunc e ex nunc. Modulação temporal dos efeitos da decisão. Efeito vinculante e eficácia contra todos. Controle de Constitucionalidade das Emendas Constitucionais: Limitações materiais e formais ao poder de emendar. Análise das cláusulas pétreas. Atuação do STF no controle de emendas constitucionais. Ações Constitucionais no Controle de Constitucionalidade: Ação Popular, Mandado de Segurança Coletivo e Ação Civil Pública como instrumentos de controle de constitucionalidade.

Ponto 4. Princípios Fundamentais. Princípios estruturantes: Princípio republicano, Princípio democrático, estado de direito, democracia. Princípio federativo e separação dos poderes. Ativismo Judicial e Judicialização da Política e da Política Pública: conceitos e análise crítica. Autocomposição na jurisdição constitucional. Fundamentos e objetivos da República Federativa do Brasil. Princípios nas relações internacionais.

Ponto 5. Direitos fundamentais: conceito, evolução, características, funções, modalidades, titularidade, destinatários e limitações. Direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos fundamentais em espécie. Instrumentos de garantia e remédios. Ações constitucionais: mandado de segurança individual e coletivo, mandado de injunção individual e coletivo, habeas data, ação popular, ação civil pública e reclamação constitucional. Tutela constitucional do processo. Direitos sociais. Políticas públicas. Nacionalidade, direitos políticos e dos partidos políticos.

Ponto 6. Organização político-administrativa da República Federativa do Brasil. Forma federativa de Estado: conceito, surgimento, evolução e características. Federação brasileira: entidades componentes, repartição de competências. Intervenção federal e estadual. União: natureza jurídica, competências e bens. Estados-membros: natureza jurídica, competências e bens. Autonomia dos Estados: limites constitucionais. Constituição do Estado do Acre. Municípios: natureza jurídica, criação, competências, autonomia. Distrito Federal e Territórios.

Ponto 7. Da organização dos poderes. Separação das funções estatais. Poder Legislativo: estrutura, funcionamento e atribuições. Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Do Tribunal de Contas. Processo legislativo: noções gerais, processo legislativo ordinário e sumário. Processos especiais. Espécies normativas. Poder Executivo. Do Presidente da República: Atribuições, prerrogativas e responsabilidades. Presidente da República, Governadores e Prefeitos. Ministros e secretários de Estado. Responsabilidade política do Chefe do Executivo: crime de responsabilidade e impeachment. Atribuições do Chefe do Executivo: chefia de Estado e de Governo. Atos normativos secundários. Regulamentos de execução e autônomos. Administração pública. Poder Judiciário. Órgãos do Poder Judiciário. Organização e competências. Do Conselho Nacional de Justiça. Regime Constitucional de Precatórios e requisições de pequeno valor. Lei Estadual n. 1.481/2003.

Ponto 8. Funções essenciais à Justiça: Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia de Estado. Aspectos gerais. A Procuradoria-Geral do Estado e os Procuradores do Estado. Atribuições, carreira e prerrogativas. Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado do Acre. Lei Complementar estadual nº 45/1994. Defesa do Estado e das Instituições democráticas. Estado de defesa. Estado de sítio. Forças armadas. Segurança pública.

Ponto 9. Ordem Econômica Constitucional e Desenvolvimento. O estado brasileiro e a Constituição Econômica. Princípios constitucionais da atividade econômica. Propriedades na ordem econômica. Constituição de 1988 e a intervenção do estado no domínio econômico. Atividade econômica e serviços públicos. Intervenção direta e indireta do Estado no domínio econômico. Bases constitucionais do desenvolvimento nacional e regional. Tratamento Favorecido à Microempresa e à Empresa de Pequeno Porte. Formação de Blocos Econômicos.

Ponto 10. Ordem social: fundamentos e objetivos. Seguridade social: previdência social, assistência social e saúde. Educação, cultura e desporto. Comunicação social. Meio ambiente. Da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso. Ato das disposições constitucionais transitórias.

DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSO TRIBUTÁRIO

Ponto 1. Sistema Constitucional Tributário. O Estado e o Poder de tributar. Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar. Princípios Constitucionais de Direito Tributário: Legalidade, Isonomia, Irretroatividade, Anuidade e Anterioridade, Proibição de uso de tributo com efeito de confisco, Vedação a tributos limitativos de tráfego, Uniformidade, Diferenciação tributária, Capacidade Contributiva, Transparência Tributária. Imunidade tributária. Discriminação Constitucional de Competências. Repartição da Receita Tributária.

Ponto 2. Sistema Tributário. Tributos: Conceito e Princípios. Natureza Jurídica. Classificação. Espécies. Tributo e Preço Público. Código Tributário Nacional. Competência Tributária:

Competência Tributária Plena. Indelegabilidade da Competência. Não exercício da competência. Competência residual e extraordinária. Limitações da Competência. Lei Complementar Estadual n. 7/1982 (Código Tributário do Estado do Acre) e suas alterações.

Ponto 3. Impostos. União Federal. Estados-Membros. Distrito Federal. Municípios. Princípios e Normas Constitucionais. ICMS na Lei Complementar nº 87/1996, com as alterações da Lei Complementar nº 102/2000 e legislação superveniente, à luz da Emenda Constitucional nº 132/2023. Regime constitucional do ICMS durante o período de transição para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Seletividade em função da essencialidade, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Lei Complementar Estadual nº 55/1997. Princípio da não-cumulatividade e a forma de sua realização. Aspectos da hipótese de incidência. Imposto sobre a transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos. Lei Complementar Estadual nº 373/2020 e suas alterações. Imposto sobre a Propriedade Veículos Automotores. Lei Complementar Estadual nº 483/2024 e suas alterações. Contribuição Previdenciária. Aspectos Constitucionais. Lei Federal nº 8.212/1991. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN. Lei Complementar nº 116/2003. Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte).

Ponto 4. Legislação Tributária. Vigência no tempo e no espaço. Aplicação. Hermenêutica tributária. Lei interpretativa. Interpretação da Legislação tributária no Código Tributário Nacional. Integração da Legislação Tributária. Fontes do Direito Tributário.

Ponto 5. Obrigação Tributária. Elementos. Lei, fato gerador, sujeitos e objeto. Sujeição passiva direta e indireta. Espécies: principal e acessória. Domicílio tributário. Responsabilidade Tributária.

Ponto 6. Crédito Tributário: Constituição. Lançamento, conceito, natureza jurídica, características, função, efeitos, modalidades e alterabilidade. Suspensão. Moratória. Depósito do montante integral. Reclamações e recursos. Extinção. Pagamento. Consignação em pagamento. Compensação. Transação. Remissão. Conversão do depósito em renda. Pagamento antecipado e homologação do autolancamento. Decisão administrativa. Decisão judicial. Decadência. Prescrição.

Ponto 7. Crédito Tributário. Exclusão. Isenção. Anistia. Garantias e Privilégios. Preferência. Cobrança Judicial. Concurso de credores. Falência. Recuperação Judicial. Inventário ou arrolamento. Liquidação de sociedade.

Ponto 8. Direito Judicial Tributário. Execução Fiscal. Lei nº 6.830/80. Ação Anulatória de Débito Fiscal. Mandado de Segurança. Ação Declaratória. Ação de Consignação em pagamento. Ação de Repetição de indébito. Ação Anulatória de Declaração Administrativa que denega restituição de tributo. Ação Cautelar Fiscal (Lei nº 8.397/92). Arbitragem Tributária.

Ponto 9. Administração Tributária. Fiscalização: Competência, Procedimentos, Infrações. Dívida Ativa: Inscrição e Cobrança. Certidões Negativas. Lei Complementar Estadual nº 316/2016 (Parcelamento de Débitos inscritos em Dívida Ativa) e suas alterações; Lei Complementar Estadual nº 371/2020. Lei Estadual nº 3.739/2021 (Parcelamento de débitos tributários de empresas em processo de recuperação judicial).

Ponto 10. Processo Administrativo Tributário. Princípios Básicos. Determinação e Exigência do Crédito Tributário. Representação Fiscal para Fins Penais. Processo Administrativo Tributário Estadual (Lei Complementar Estadual nº 413/2022 e alterações).

Ponto 11. Ilícito Tributário. Ilícito Administrativo Tributário. Ilícito Penal Tributário. Consequências do inadimplemento. Denúncia espontânea. Crimes Contra a Ordem Tributária (Lei nº 8.137/1990). Lei Estadual nº 4.059/2022 (Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos do Estado do Acre - CIRA). Norma Geral Antielisão. Teoria e Aplicação da Norma Geral Antielisão no Direito Tributário Brasileiro. Interpretação econômica das normas fiscais. Lei Estadual nº 3.676/2020. Compliance tributário e programas de conformidade fiscal.

Ponto 12. A Reforma Tributária. Emenda Constitucional nº 132/2023. Lei Complementar nº 214/2025. Reforma Tributária e o Direito Intertemporal – prazos para a aplicabilidade de dispositivos alterados, regras de transição e período de convivência entre os tributos substituídos e os novos tributos sobre o consumo. Aspectos constitucionais e infraconstitucionais da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS). Imposto

Seletivo (IS). Ecotributação. Fundo de Desenvolvimento Sustentável dos Estados da Amazônia Ocidental e do Amapá.

DIREITO FINANCEIRO

Ponto 1. Direito Financeiro e Constituição. Direito financeiro: conceito, objeto e autonomia. Direito financeiro na Constituição Federal de 1988. Emendas Constitucionais nº 86/2015, nº 100/2019, nº 105/2019, nº 126/2022, nº 128/2022, nº 132/2023 e nº 136/2025. Normas gerais de direito financeiro. Repartição de receitas tributárias (arts. 157 a 159 da CF). Federalismo fiscal. Fundos constitucionais e fundos de desenvolvimento regional. Impactos financeiros da Reforma Tributária (EC 132/2023), incluindo regras de transição do IBS e critérios de distribuição da arrecadação. Orçamento público: conceito, espécies e natureza jurídica. Princípios orçamentários. Orçamento impositivo. Ciclo orçamentário (elaboração, apreciação legislativa, execução, acompanhamento, controle e avaliação). Processo legislativo orçamentário (iniciativa, apreciação, emendas parlamentares ao orçamento, execução obrigatória, sanção ou veto). Jurisprudência do STF sobre execução de emendas parlamentares.

Ponto 2. A Atividade Financeira do Estado. Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Créditos adicionais. Lei Federal nº 4.320/1964. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Emenda Constitucional nº 95/2016 (Novo Regime Fiscal): fundamentos, estrutura constitucional do teto de despesas primárias, vigência e alterações promovidas pela EC nº 126/2022, com análise da superação do regime constitucional do teto. Regime Fiscal Sustentável (Lei Complementar nº 200/2023): disciplina infraconstitucional do novo arcabouço fiscal, metas fiscais, limites de crescimento de despesas, sanções e mecanismos de ajuste. Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF) e mecanismos de recuperação fiscal dos Estados.

Ponto 3. Despesa Pública. Despesa pública: conceito, caracteres e classificação. Empenho, liquidação e pagamento. Regime de adiantamentos. Restos a pagar. Despesas de exercícios anteriores. Despesas com pessoal. Limites constitucionais e da LRF. Despesas com seguridade social. Destinação de recursos públicos ao setor privado: subvenções, auxílios e contribuições. Transferências constitucionais, legais, obrigatórias e voluntárias. Controle da despesa pública e responsabilidade dos agentes.

Ponto 4. Receita Pública e Federalismo Fiscal. Receita pública: conceito, ingresso e receitas. Classificação das receitas públicas. Estágios da receita (previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento). Renúncia de receita (art. 14 da LRF). Vinculação de receitas. DRU e DREM. Fundos especiais. Federalismo fiscal e fundos de participação (FPE, FPM e fundos de desenvolvimento regional). Impactos financeiros da EC 132/2023 sobre a repartição de receitas e fundos compensatórios. Gestão patrimonial do Estado. Receitas de capital. Alienação de ativos públicos. Desestatização. Transparência, controle e fiscalização.

Ponto 5. Crédito Público e Dívida Pública. Crédito público: conceito e classificação. Natureza jurídica. Dívida pública mobiliária e contratual. Dívida pública na Lei de Responsabilidade Fiscal. Operações de crédito. Limites constitucionais e competência do Senado Federal. Plano de ajuste fiscal e garantias da União. Precatórios. Regime Especial de Precatórios: limites constitucionais (EC 113/2021 e EC 114/2021), controle do estoque, jurisprudência do STF sobre regularização das dívidas judiciais e vedação ao calote institucional. Emenda Constitucional nº 136/2025. Dívida ativa de natureza tributária e não tributária. Cessão onerosa de direitos creditórios. Securitização de créditos públicos e limites impostos pela LRF. Concessão de garantias pelo ente federado.

DIREITO DO TRABALHO

Ponto 1. Direito do Trabalho: princípios, natureza e fontes. Interpretação, integração e aplicação. Indisponibilidade e irrenunciabilidade dos direitos. Direito constitucional do trabalho. Reforma Trabalhista. Proteção de dados pessoais nas relações de trabalho.

Ponto 2. Relação de trabalho e relação de emprego. Requisitos e distinção. Novas morfologias do trabalho: subordinação estrutural, trabalho em plataformas digitais e teletrabalho. Fenômeno da pejotização e fraude à relação de emprego. Lei Federal nº 14.943/2024 (regulamentação do

trabalho por meio de plataformas digitais de transporte).

Ponto 3. Contrato individual de trabalho: denominação e caracterização. Natureza jurídica. Conceito e classificação. Identificação profissional. Trabalho voluntário. Morfologia do contrato. Elementos integrantes da relação de emprego: essenciais, naturais e acidentais.

Ponto 4. Efeitos do contrato de trabalho: direitos, deveres e obrigações das partes. Efeitos próprios e efeitos conexos (direitos intelectuais e invenções do empregado). Dano material e dano moral individual e coletivo: caracterização, conceito e aferição. Dano existencial: caracterização, conceito e reparação. Assédio moral e sexual no ambiente de trabalho. Dano biológico. Indenização por danos extrapatrimoniais e materiais trabalhistas.

Ponto 5. Modalidades de contratos de trabalho. Contrato de trabalho intermitente. Tipos de contratos a termo. Contrato de experiência e período de experiência. Contrato de trabalho e contratos afins. Diferenças entre contratos de trabalho e locação de serviços, facção, empreitada, representação comercial, mandato, sociedade, parceria e cooperativa de trabalho. Trabalhador autônomo. Pré-contratações: requisitos para configuração, efeitos, direitos decorrentes, hipótese de perdas e danos.

Ponto 6. Formas de invalidade do contrato de trabalho. Nulidades total e parcial. Absoluta e relativa. Efeitos da declaração de nulidade. Trabalho lícito e trabalho proibido.

Ponto 7. Empregado. Conceito e espécies. Empregado público. Empregados públicos na Administração direta e indireta. Contrato de trabalho do servidor público. Princípios trabalhistas e administrativos aplicáveis. Contrato por termo determinado (excepcional interesse público). Cargos e funções comissionadas. Estabilidade do servidor público celetista. Estagiário. Aprendiz. Meio ambiente de trabalho e competência da Justiça do Trabalho.

Ponto 8. Empregador. Conceito e caracterização. Poderes diretivo, regulamentar, fiscalizatório e disciplinar. Limites ao poder potestativo. Empresa e estabelecimento. Solidariedade de empresas, grupo econômico e sucessão trabalhista. Responsabilidade empresarial e pessoal. Teoria da desconsideração da personalidade jurídica no âmbito trabalhista.

Ponto 9. Jornada de trabalho: delimitações. Jornadas especiais de trabalho. Horário de trabalho. Trabalho noturno e extraordinário. Acordo de prorrogação e acordo de compensação de horas (banco de horas). Tempo à disposição do empregador e direito à desconexão. Intervalos para descanso. Repouso semanal remunerado e feriados. Férias. Trabalho em regime de revezamento e em regime de tempo parcial.

Ponto 10. Remuneração e salário: conceito, distinções. Salário mínimo, piso salarial. Gorjetas. Caracteres e classificação do salário. Composição do salário. Modalidades de salário. Adicionais. Gratificação. Comissões. Décimo terceiro salário. Parcelas não salariais. Salário e indenização. Salário in natura e utilidades não salariais. Equiparação salarial. Desvio e acúmulo de função. Quadro de carreira e plano de cargos e salários.

Ponto 11. Interrupção e suspensão do contrato de trabalho: conceito, caracterização, distinções e efeitos. Situações tipificadas e controvertidas.

Ponto 12. Alteração do contrato de trabalho. Alteração unilateral e bilateral, subjetiva e objetiva. Transferência do empregado. Remoção. Cessão. Reversão. Promoção e rebaixamento. Alteração de horário e da jornada de trabalho. Redução de remuneração. Jus variandi. Jus resistentiae.

Ponto 13. Cessação do contrato de trabalho: causas, modalidades, efeitos e procedimentos. Justa causa e rescisão indireta. Obrigações e direitos decorrentes da cessat o do contrato de trabalho. Termo de quitação anual.

Ponto 14. Aviso prévio. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Estabilidade e garantias provisórias no emprego: conceito, caracterização e distinção. Dispensa abusiva e discriminatória. Formas de estabilidade. Teoria da nulidade da despedida arbit ria. Renúncia à estabilidade. Despedida de empregado estável. Readmissão e reintegração. Direito   indenização. Despedida obstativa.

Ponto 15. Entes estatais e contratos de prestação de serviços. Contratação de Organizações Sociais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Impactos trabalhistas e responsabilidade do ente público fomentador.

Ponto 16. Segurança e medicina do trabalho. Meio ambiente laboral. Insalubridade e

periculosidade. Acidente do trabalho e doenças ocupacionais: caracterização e responsabilidade jurídica. Trabalho da mulher e do adolescente.

Ponto 17. Administração Pública e terceirização. Terceirização lícita e ilícita. Responsabilidade subsidiária e solidária. O entendimento vinculante do Supremo Tribunal Federal sobre terceirização e os limites da responsabilidade do ente público. Ônus da prova na fiscalização dos contratos. Intermediação de mão de obra. Trabalho temporário. Saúde e segurança do trabalhador terceirizado.

Ponto 18. Responsabilidade civil e as relações de trabalho. Dano moral individual e coletivo no campo das relações trabalhistas: caracterização, conceito e reparação. O tabelamento das indenizações por dano extrapatrimonial e o controle de constitucionalidade. As relações de trabalho no âmbito de ajustes de parceria celebrados pelo Poder Público com as entidades do Terceiro Setor.

Ponto 19. Direito Coletivo do Trabalho: Princípios. Sindicalização. Receitas do Sindicato. Negociação coletiva e flexibilização. Prevalência do negociado sobre o legislado. Acordo coletivo. Convenção coletiva e contrato coletivo de trabalho. Vigência, duração, efeitos e extensão dos instrumentos normativos. Arbitragem e mediação. Greve no serviço público. Lockout. Convenção nº 154 da OIT. Direito de sindicalização dos servidores públicos. Convenção nº 151 da OIT. Negociação coletiva com a Administração Pública.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Ponto 1. Direito Processual do Trabalho. Princípios. Autonomia. Interpretação, integração e eficácia das normas processuais. Ação trabalhista. Partes e procuradores. Capacidade processual, representação e assistência. Substituição processual e litisconsórcio. A Fazenda Pública perante a Justiça do Trabalho: prerrogativas processuais. Ministério Público do Trabalho.

Ponto 2. Organização judiciária do trabalho: jurisdição e competência. Competência material, territorial e funcional. Conflitos de competência envolvendo a Justiça do Trabalho e a Justiça Comum. Atos, termos e prazos processuais. Nulidades processuais. Aplicação subsidiária e supletiva do Código de Processo Civil. Jurisdição voluntária na Justiça do Trabalho: homologação de acordo extrajudicial. Comissão de Conciliação Prévia.

Ponto 3. Prescrição e decadência no Direito do Trabalho. Causas de interrupção, impedimento e suspensão. Momento da arguição. Prescrição intercorrente e seus pressupostos. Responsabilidade solidária e subsidiária na Justiça do Trabalho e seus reflexos processuais.

Ponto 4. Dissídio coletivo: conceito, classificação, competência, instauração, legitimidade, prazo e procedimento. Mútuo acordo. Revelia. Sentença normativa: efeitos e vigência. Extensão das decisões e revisão. Ação de cumprimento. Recursos cabíveis em dissídio coletivo. Mediação e arbitragem pré-processual.

Ponto 5. Dissídio individual: procedimento comum, rito sumaríssimo e rito sumário. Petição inicial e seus requisitos. Audiência. Revelia e confissão. Resposta do réu. Exceções. Reconvensão. Teoria geral da prova, ônus da prova e distribuição dinâmica. Provas e suspensão do processo. Sentença e coisa julgada. Nulidades da sentença. Termo de conciliação e seus efeitos perante as partes, terceiros e ente previdenciário.

Ponto 6. Sistema recursal trabalhista: princípios e procedimentos. Teoria geral dos recursos. Efeitos dos recursos e pressupostos recursais objetivos e subjetivos. Juízos de admissibilidade e de mérito. Recurso de ofício e o reexame necessário da Fazenda Pública. Direito intertemporal. Duplo grau de jurisdição. Recursos em espécie: recurso ordinário, agravo de petição, agravo de instrumento, recurso de revista, embargos no TST e embargos de declaração. Recurso adesivo. Recurso de revista e o requisito da transcendência. Recurso de revista repetitivo. Agravo interno. Recurso Extraordinário em matéria trabalhista. Uniformização de jurisprudência e o sistema de precedentes vinculantes. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e Incidente de Assunção de Competência aplicados ao Processo do Trabalho. Reclamação Constitucional.

Ponto 7. Liquidação de sentença e execução trabalhista. Execução provisória e definitiva. Início da execução e o impulso oficial. Cumprimento de sentença. Exceção de pré-executividade. Embargos à execução e impugnação à sentença de liquidação. Embargos de Terceiro. Execução

em face da Fazenda Pública: precatórios e requisições de pequeno valor. Regime especial e comum de pagamento de precatórios. Execução das contribuições previdenciárias: competência, alcance e procedimento.

Ponto 8. Tutela provisória na Justiça do Trabalho. Tutelas de urgência e de evidência: conceito, espécies, pressupostos. Estabilização da tutela provisória antecipada antecedente. Tutela cautelar. Tutelas satisfativas em face da Fazenda Pública.

Ponto 9. Ação rescisória no processo do trabalho: cabimento, competência, hipóteses de admissibilidade, legitimidade, requisitos. O depósito prévio e as isenções legais. Revelia. Juízo rescindente e juízo rescisório. Prazo decadencial. Procedimento e recurso cabível. Ação anulatória de sentença. Querela nullitatis. Ações possessórias na Justiça do Trabalho. Mandado de segurança.

Ponto 10. Inquérito Civil Público e Ação civil pública. Ação civil coletiva. Tutela dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos na Justiça do Trabalho. Legitimados, substituição processual, condenação genérica e liquidação individual ou coletiva. Coisa julgada e litispendência no processo coletivo. Termo de ajustamento de conduta e sua execução.

DIREITO DE PESSOAL E DIREITO PREVIDENCIÁRIO PÚBLICO

Ponto 1. Agentes públicos. Servidores públicos. Empregados Públicos. Conceito e Classificação. Competência legislativa. Normas constitucionais. Cargo, emprego e função. Definições. Estrutura e Organização. Lei Complementar Estadual nº 419/2022 (estrutura básica da administração do Poder Executivo). Direito de pessoal na Constituição do Estado do Acre.

Ponto 2. Regimes jurídicos funcionais. Regime Estatutário e Celetista. Lei Complementar Estadual nº 39/93 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Acre). Contratação Temporária de Pessoal. Lei Complementar Estadual nº 58/98 (contratação temporária de excepcional interesse público). Ingresso na Administração Pública. Concurso público. Lei Complementar Estadual nº 345/2018 (regras para a realização de concursos públicos). Provimento. Investidura, posse e exercício. Vacância. Readaptação. Estágio probatório. Estabilidade. Efetividade. Lei nº 4.367, de 11 de julho de 2024 (regulamenta os adicionais de insalubridade e periculosidade de que trata o art. 75 da Lei Complementar nº 39, de 29 de dezembro de 1993).

Ponto 3. Direitos e deveres. Férias, licenças e afastamentos. Contagem de tempo de serviço. Direito de greve e de associação sindical. Sistema remuneratório. Subsídios, vencimentos, remuneração e vantagens. Teto remuneratório.

Ponto 4. Acumulação de cargos, empregos e funções. Responsabilidade dos agentes públicos. Infrações e sanções disciplinares. Processo administrativo disciplinar e sindicância. Improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992 e Lei 14.230/2021).

Ponto 5. Militares estaduais. Regime jurídico. Lei Complementar Estadual nº 164/2006 (Estatuto dos Militares do Estado do Acre). Lei Complementar Estadual nº 391/2021 (Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Acre — SPSM-AC). Normas regulamentadoras. Decreto Estadual nº 10.970/2022 (regulamentação do SPSM-AC).

Ponto 6. O exercício da advocacia pública. Normas constitucionais. Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado do Acre. Lei Complementar Estadual nº 45/94 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado). Decreto Estadual nº 2.771/2015 (procedimentos para consulta e comunicação dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado do Acre perante a Procuradoria-Geral do Estado do Acre).

Ponto 7. Regimes previdenciários. Técnicas de financiamento. Equilíbrio financeiro e atuarial. Regime geral e Regime próprio de previdência social. Disciplina Constitucional. Repartição constitucional de competências. Reforma previdenciária do setor público no Brasil. Emenda Constitucional nº 103/2019 e regras de transição.

Ponto 8. Regime próprio de previdência dos servidores do Estado do Acre. Previdência na Constituição do Estado do Acre. Lei Complementar Estadual nº 154/2005 (Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado do Acre). Lei Complementar Estadual nº 364/2019 (alteração da LC nº 154/2005 para adequação à EC nº 103/2019). Lei Estadual nº 1.688/2005 (Instituto de Previdência do Estado do Acre — ACREPREVIDÊNCIA). Entidade gestora.

Custeio. Segurados. Beneficiários. Benefícios previdenciários. Regime de previdência complementar do servidor público. Lei Estadual nº 3.549/2019 (Regime de Previdência Complementar do Estado do Acre). Lei Complementar Estadual nº 436/2023 (aposentadoria com proventos integrais para servidor com deficiência não aderente à previdência complementar). Lei Complementar Estadual nº 494/2025 (plano de custeio para equacionamento do déficit do RPPS e segregação da massa em Fundo em Repartição e Fundo em Capitalização).

Ponto 9. Contagem recíproca de tempo e compensação financeira entre regimes. Abono de permanência. Aposentadoria. Pensão por morte. Complementação de aposentadoria e pensão.

Rio Branco, 02 de março de 2026.